

Título do capítulo

CAPÍTULO 8 – ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO
CONTEMPORÂNEA DA ECONOMIA POPULAR

Autora e expositora

Sibelle Diniz

DOI

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9/capitulo8>

Título do livro

BRASIL POPULAR, CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E
POLÍTICAS PÚBLICAS

Organizadores

Renato Balbim
Mônica Arroyo
Cristine Santiago

Volume

-

Série

-

Cidade

Brasília

Editora

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano

2024

Edição

-

ISBN

978-65-5635-063-9

DOI

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO CONTEMPORÂNEA DA ECONOMIA POPULAR¹

Autora e expositora

Sibelle Diniz

Audiência e debatedores

Carolina Pupo

Cleandro Krause

Cristine Santiago

Fabio Contel

Marina Montenegro

Renato Balbim

Ricardo Antas Junior

1 APRESENTAÇÃO

Este texto trata da sexta reunião temática do Grupo de Trabalho Brasil Popular, Circuitos da Economia Urbana e Política Pública, fruto de um esforço conjunto entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan), da Universidade de São Paulo (USP).

Nesse encontro, foi proposta uma exposição seguida de discussão sobre a temática da economia popular e o circuito inferior, suas relações com o circuito superior e as dificuldades de compreender esta economia devido às complexidades e ambiguidades que apresenta. A discussão deu-se a partir do que é possível apreender dos dados existentes, reforçando, ao mesmo tempo, a necessidade premente da coleta de dados especificamente voltados a compreender a economia popular e suas relações para além das lentes do capitalismo e do neoliberalismo.

Mais uma vez, foram observados diversos pontos de conexão com os encontros anteriores, apresentando conexões entre os circuitos e as complexidades destas conexões.

1. Este texto consiste em uma relatoria baseada na transcrição da reunião realizada em 27 de setembro de 2022. Preservaram-se ao máximo as falas originais, a fim de manter-se a riqueza da exposição e do debate.

2 EXPOSIÇÃO

Sibelle Diniz: É um privilégio poder compartilhar um pouco das minhas reflexões e dos trabalhos que temos produzido na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face/UFMG) dentro da temática da economia popular e solidária e das outras economias.

Algumas das minhas referências são do departamento de geografia da USP. Milton Santos é uma referência fundamental do meu trabalho, assim como é para vocês. E o Fabio pontuou uma questão interessante, que é o meu cuidado, até um certo apego, que tenho à interdisciplinaridade. Fiz toda a minha formação no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) e na Face da UFMG. Cogitei fazer a pós-graduação em outros programas de economia, mas preferi continuar no Cedeplar exatamente pela natureza interdisciplinar do programa, e também pela liberdade que sabia que teria para desenvolver uma tese que dialogasse com diferentes áreas do conhecimento.

A proposta do meu trabalho sempre foi essa, de que a economia estivesse em diálogo com as outras áreas. Esse também é um dos motivos da minha satisfação de estar aqui com vocês: o tamanho do apreço que tenho pelos debates interdisciplinares, multidisciplinares e, quem sabe, transdisciplinares.

Intitulei a minha apresentação como *Elementos para uma discussão contemporânea da economia popular*, com base no convite que o Fabio me fez, que mencionava um artigo meu publicado em 2019 e escrito em 2015, em que eu buscava discutir o caráter contemporâneo da economia popular.

Este foi um objetivo central da minha tese: discutir o caráter contemporâneo da economia popular. Eu defendi a tese em janeiro de 2016 e um dos resultados da tese é este artigo, que foi publicado em 2019 na revista *Nova Economia* (Diniz, 2019). Mas eu diria que, de lá para cá, meu pensamento e minhas referências sobre a economia popular se ampliaram bastante.

Já são sete anos do momento em que eu escrevi aquele artigo, e a minha proposta nesta apresentação é relatar de que modo, nesse tempo, incorporei outras referências junto ao meu grupo de pesquisa, extensão e ensino, o grupo Colmeia. A ideia é compartilhar nossas reflexões atuais sobre a economia popular e as outras economias, partindo da discussão apresentada no artigo publicado em 2019.

Como já foi dito, faço parte do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, do Cedeplar, e coordeno o grupo Colmeia,² que é um grupo de estudos, pesquisa e extensão em economia popular solidária da Face/UFMG. Também compõem o grupo os professores Roberto Monte-Mór, que é arquiteto e professor

2. Para mais informações, ver: <https://colmeiasolidariaufmg.wordpress.com/>.

na economia – Roberto foi meu orientador desde a graduação e tem uma influência muito grande no meu modo de enxergar a economia popular – e o professor João Tonucci, doutor em geografia e fez mestrado em arquitetura na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP). O grupo Colmeia já se coloca como interdisciplinar na formação dos professores. Além dos docentes, o grupo possui estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes áreas.

Falo também em nome desse grupo, desse coletivo, que tem tentado discutir ideias relacionadas às outras economias na contemporaneidade, incorporando referências mais atuais e trazendo a discussão para o contexto latino-americano e brasileiro, para o nosso momento político e problematizando nossas formas atuais de produção do conhecimento.

Pensei em dividir a minha fala em três momentos. Primeiro, vou falar sobre a gênese da discussão sobre a economia popular. Quis trazer essa gênese para marcar alguns pontos que considero importantes dentro da definição de economia popular, da relação entre economia popular e informal e também da relação com a teoria dos circuitos da economia urbana.

Num segundo momento, vou falar sobre o artigo de 2019, que foi escrito na verdade em 2015, 2016, em que dizia das possibilidades da economia popular na contemporaneidade.

Por fim, vou falar um pouco sobre as contribuições recentes ao campo, no modo como enxergo e como o grupo Colmeia tem enxergado, e vou compartilhar um pouco da nossa agenda de pesquisa e extensão em construção.

Tratando do primeiro ponto, a gênese da discussão sobre a economia popular, considero muito importante marcarmos a economia popular como uma categoria latino-americana, que tem seu início de discussão nos anos 1980, a partir de uma preocupação política de se contrapor às discussões que emergiam no mundo, especialmente no Norte global, sobre a economia informal e o chamado setor informal urbano.

A ideia de economia informal surge a partir do trabalho do Keith Hart, na África, de 1973 (Hart, 1973). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) se apropria dessa discussão e passa a divulgar uma ideia de economia informal bastante atrelada aos interesses dos organismos multilaterais, que naquele momento propunham medidas para acelerar ou garantir processos de desenvolvimento no Sul global (OIT, 1991).

Destaco três autores que escrevem a partir dos anos 1970-1980 sobre a economia popular. O Orlando Nuñez Soto, que fala do contexto da Nicarágua; o Luis Razeto, que trata o contexto do Chile; e o José Luis Coraggio, que discute o caso da Argentina e um pouco também da Nicarágua.

Orlando Soto faz uma discussão sobre a Nicarágua a partir de sua inserção política no país (Núñez, 1995). Luis Razeto tem um trabalho que considero muito rico, quase um inventário da economia popular no Chile. Ele publicou dois relatórios de pesquisa produzidos junto a um grupo de pesquisa, com um grande mapeamento das atividades econômicas populares no Chile, e, inclusive, com uma tentativa de criação de categorias dentro da economia popular (Razeto, 1993; Razeto *et al.*, 1983). E José Luis Coraggio, que fala principalmente do contexto da Argentina, para mim, é o autor que tem a formulação mais próxima de um conceito para a economia popular, que traz uma reflexão que parte de categorias específicas, constituindo, talvez, a definição mais formal de economia popular que temos (Coraggio, 1989; 1992; 1994). Coraggio é um autor com quem dialoguei bastante na minha tese e com quem continuo dialogando.

São muitas as definições de economia popular que encontramos nas obras desses autores. Razeto (1983; 1993) tratava da economia popular como um conjunto heterogêneo de atividades oriundas das classes populares, dinâmico, altamente adaptável, desenvolvido a partir de recursos próprios, em pequenas unidades produtivas. Já Coraggio (1994) fala da economia popular como um conjunto de unidades domésticas que organizam os recursos e as capacidades dos seus membros, que ele chama de fundo de trabalho, para gerir a satisfação das suas necessidades, tendo como objetivo último o que ele chama de reprodução ampliada da vida.

O que reúne esses autores em torno da ideia da economia popular – termo que às vezes aparece com variações, como economia dos setores populares ou economias populares – é justamente o contraponto à noção de economia informal que se colocava à época. Essa noção colocava a economia informal como um setor da economia que tendia ao desaparecimento, à medida que o processo de desenvolvimento ocorresse. Essa leitura, propagada principalmente pela OIT, vem na esteira das teorias do desenvolvimento econômico dominantes à época, que entendiam o desenvolvimento como o processo de incorporação de um setor que era denominado atrasado, arcaico, tradicional, pelo setor moderno.

Nessa leitura do desenvolvimento, haveria um processo quase natural de desaparecimento desse setor informal, tradicional e arcaico, à medida que ele fosse incorporado pelo setor moderno da economia. Ouso dizer que a economia informal ainda é entendida dessa forma, por grande parte dos economistas e da teoria econômica.

O que os autores da economia popular ressaltam, ao contrário, é que esse setor sempre existiu na América Latina, mas nunca tendeu ao desaparecimento. Mesmo que os países tenham vivenciado processos de industrialização, migração urbano-rural etc., esses setores continuaram muito presentes na vida econômica.

Além disso, os autores ressaltam o fato de que esse setor tem uma funcionalidade para a economia como um todo. Diferente de uma leitura dualista de que o setor existe, mas tende a ser progressivamente apropriado ou destruído, os autores da economia popular dizem que esse setor é funcional para o sistema como um todo e, mais do que isso, envolve uma enorme complexidade.

Ademais, a economia informal era tratada como um conjunto mais ou menos homogêneo de atividades, de baixa tecnologia, intensivas em trabalho, pouco dinâmicas, onde a privação e a precariedade eram sempre presentes. Em vez de reforçar esse estereótipo de um setor parado no tempo, com pouca articulação com os outros setores e com poucas trocas monetárias, os autores da economia popular ressaltam, por outro lado, a heterogeneidade das atividades, a dinamicidade e a facilidade de adaptação dessas atividades aos diferentes desafios colocados pela conjuntura econômica.

Coraggio, em especial, ressalta a racionalidade específica das atividades presentes na economia popular. Trata-se de uma racionalidade distinta da que nós economistas atribuímos às firmas ou às empresas capitalistas, que visa à maximização de lucros e à acumulação. Coraggio diz que a racionalidade da economia popular e de suas unidades domésticas não é o lucro, mas, sim, a reprodução ampliada, no sentido de um aprimoramento gradual das suas condições de vida.

Coraggio e outros autores dão vários exemplos de como essa racionalidade se expressa nas práticas da economia popular. Um exemplo interessante é o do familiar que é parte do empreendimento popular. Podemos pensar em uma artesã que tem os familiares como auxiliares daquela atividade. A lógica de trabalho nessa unidade doméstica é familiar. Quando se tem um filho, um marido, um primo e/ou um sobrinho envolvidos no empreendimento popular, esse trabalhador não é visto da mesma maneira que um trabalhador em uma empresa. Ou seja, ele não é demitido diante de uma falta, diante de uma situação de improdutividade ou algo do tipo. Ele pode ter uma relação de trabalho que passa por outra dinâmica de contagem de horas trabalhadas. Ele pode sair do empreendimento durante um tempo, por exemplo, se conseguir um emprego formal, e depois voltar, caso caia em uma situação de desemprego. Há uma dinâmica de movimentação desses trabalhadores dentro do empreendimento, seguindo uma racionalidade que está muito articulada à reprodução da família, à composição da renda familiar, muito além de uma lógica de lucro, de acumulação, que se esperaria numa empresa capitalista.

A unidade doméstica é entendida por Coraggio como a unidade de análise da economia popular. Ela pode ser uma família, uma família estendida, um grupo étnico, um grupo formado de outra maneira, mas que tem como fim a reprodução da vida nas melhores condições possíveis.

Outro ponto que Coraggio incorporou nos trabalhos mais recentes é uma leitura dessas práticas a partir de um resgate da obra de Karl Polanyi. Polanyi falou do mercado como um dos princípios ou modos de organização econômica existentes, entre outros, como a reciprocidade, a domesticidade, a redistribuição (Polanyi, 2012). Para Coraggio, nas unidades da economia popular, e também da economia social e solidária, o princípio do mercado está conectado com outros princípios, como o da reciprocidade, relacionado à solidariedade; o da domesticidade, que está ligado à forma de organização dos recursos dentro do domicílio e pelas famílias; e o da redistribuição, quando falamos de grupos, de comunidades, de populações tradicionais etc., onde os recursos são redistribuídos em alguma forma de organização coletiva. Além de marcar a racionalidade específica das unidades domésticas, é relevante entender que esses modos ou esses princípios de organização econômica aparecem de forma híbrida nas práticas da economia popular.

Portanto, é muito difícil analisar uma unidade doméstica da economia popular apenas através da sua relação com o mercado. É o que a gente acaba fazendo na maior parte dos casos com os dados que temos, principalmente os dados secundários. Mas, por exemplo, a Carolina, que trabalha com finanças solidárias, sabe muito bem que o ganho ou retorno dos trabalhadores envolvidos nos empreendimentos solidários vai muito além do retorno monetário ou de mercado. É preciso ressaltar os laços de solidariedade, de reciprocidade, os ganhos de autonomia, ganhos ligados aos processos emancipatórios, que vão muito além do que chamamos comumente de resultados de mercado.

Tudo isso nos ajuda a rever o modo como nós, historicamente, olhamos para essas práticas, muitas vezes a partir de lentes que são incapazes de dar conta da complexidade dos processos. Na minha tese, tentei defender a ideia de que precisamos entender a economia popular para entender o Brasil, porque, se permanecermos olhando para ela através da lente da economia formal, da lente da economia capitalista, da lente da empresa, não sairemos do lugar.

Podemos discutir depois, se quiserem, as atuações de órgãos com grande potencial de trabalho com a economia popular, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e outros do Sistema S, e que têm dificuldades de lidar com a racionalidade e com os recursos da economia popular e solidária, por partirem de lentes como as que mencionei há pouco.

Retornando aos autores, uma obra de referência para o trabalho que viemos desenvolvendo no Colmeia é a de Milton Santos (Santos, 1977; 2008). Em seu artigo de 1977, ele diferencia o circuito superior e o circuito inferior das economias urbanas. Na minha pesquisa, encontrei, em um texto do professor Armando Lisboa, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), uma referência a Milton Santos como um precursor da discussão sobre a economia popular. No entanto,

não encontrei isso explicitamente nos textos dos autores do campo da economia popular da época. Inclusive, gostaria de ouvir de vocês como veem essa conexão, a partir da proximidade de vocês com a obra de Milton Santos.

Aproximei-me da discussão sobre a economia popular através dos estudos urbanos, assim como muitas das minhas referências, por exemplo, Coraggio, Paul Singer e Roberto Monte-Mór, que foi o professor responsável pela disciplina de economia regional e urbana na Face por muitos anos. Roberto foi o responsável por apresentar aos alunos essa conexão entre a economia popular e solidária e os circuitos da economia urbana de Milton Santos.

Na minha cabeça de aluna e orientanda do Roberto, sempre foi claro que o circuito inferior, como entendido por Milton Santos, era muito próximo do entendimento da economia popular, na medida em que Milton Santos ressalta: a funcionalidade do circuito inferior para a economia como um todo; a relevância do circuito inferior em responder por um conjunto de demandas pelas quais o circuito superior não se interessa *a priori*; a relevância das interações pessoais, por exemplo, na formação de preços; o fato de serem atividades intensivas em trabalho, diferente dos setores de capital intensivos, como a indústria, que, à época, era entendida como a principal responsável pelo processo de desenvolvimento.

É também no circuito inferior – e na economia popular – onde existe maior margem de negociação, mobilidade, variabilidade diante da conjuntura. É um circuito de transações articulado aos territórios, às dinâmicas locais e aos recursos locais. Diferencia-se, então, do circuito superior, que engendra relações muitas vezes desenraizadas do território, articuladas com grandes cadeias globais de produção e onde se observa a lógica da empresa maximizadora de lucro.

Obviamente, existe uma proximidade entre o que o Milton Santos chamou de circuito inferior e o que os autores chamaram de economia popular.

Na minha tese de doutorado (Diniz, 2016), tentei, além de fazer uma retomada teórica desses conceitos na América Latina e no Brasil, estimar o tamanho e as características principais da economia popular no país, a partir dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso foi realizado com muitas dificuldades, porque vocês sabem que as pesquisas domiciliares não são feitas para captar o que nos interessa do ponto de vista da economia popular, solidária e outras economias.

Partindo da ideia do Coraggio de unidade doméstica e de alguns trabalhos sobre tipologias da economia informal, construí a tipologia de unidades domésticas individuais e unidades domésticas familiares. O que os Censos Demográficos permitiam fazer, à época, foi captar as unidades domésticas formadas por uma pessoa ou por mais de uma pessoa.

Tenho muitos resultados apresentados na tese que, mas quero ressaltar esse resultado de que no ano 2000, pouco mais de 25% dos trabalhadores ocupados no Brasil se enquadravam na economia popular. Em 2010, esse percentual era de 19,9% dos trabalhadores ocupados.

E quem são esses trabalhadores da economia popular? Basicamente, os trabalhadores por conta própria, os trabalhadores para o próprio consumo e aqueles com relações de trabalho dentro do domicílio. Para construir o recorte, retirei os trabalhadores por conta própria que eram profissionais liberais: os médicos, dentistas, advogados etc. Busquei também captar as relações de trabalho dentro do domicílio. Com isso, as unidades domésticas familiares correspondem àquelas onde existia mais de um trabalhador por conta própria atuando no domicílio em ocupações próximas, ou quando havia um ou mais trabalhadores por conta própria que contavam com o auxílio de trabalhador não remunerado dentro do domicílio. Tentei captar esses arranjos de trabalho domiciliares, dentro das possibilidades colocadas pelos Censos Demográficos.

Entre as principais ocupações da economia popular que encontrei, estão as confecções em pequena escala, os cuidados pessoais (incluindo cuidado de crianças e de idosos, setor muito importante no Brasil, e ainda pouco estudado), o setor de fabricação de alimentos, o pequeno comércio local e a reciclagem.

Encontrei também setores ligados ao que chamaríamos de cadeias globais de produção: a construção civil, as confecções, a produção agrícola e a pecuária em pequena escala.

Bem, agora vamos para a segunda parte da apresentação, que é a discussão do artigo de 2019. Neste artigo, que considero um ensaio, tentei pontuar algumas questões relevantes para pensarmos as potencialidades da economia popular.

Na primeira parte do texto, baseio-me principalmente nos trabalhos da Maria Laura Silveira (Silveira, 2010; 2011), mas também da Marina Montenegro e de outros colegas e de outras colegas que discutiam, naquele momento, os circuitos da economia urbana numa abordagem mais recente.

Dos textos da Maria Laura, trouxe a ideia de aumento do controle do circuito superior sobre o território, associado a um acesso privilegiado aos bens públicos e uso hierárquico dos bens privados. Além disso, discuto o aumento das interdependências entre os circuitos, por exemplo, a partir das grandes cadeias comerciais que hoje se estabelecem em áreas de consumo popular, que antes eram reservados aos pequenos capitais. E, por outro lado, o circuito inferior cada vez mais se aproxima e se beneficia das tecnologias contemporâneas, como as comunicações. Então, ocorre uma espécie de fortalecimento da interdependência entre os circuitos. Os circuitos se imbricam ao longo do tempo.

Quando faço essa análise dos trabalhos sobre as configurações contemporâneas dos circuitos das economias urbanas e tento unir com o que encontrei na análise empírica, concluo pela existência de dois grandes grupos de práticas da economia popular. Uma que é mais articulada às redes globais de produção. Como exemplo, cito trabalhos da Márcia de Paula Leite (Leite, 2004; 2005), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sobre o setor de confecções, em que ela fala das mulheres que trabalham nas próprias casas, produzindo peças para grandes marcas numa lógica que é muitas vezes da família, da unidade doméstica, mas que tem uma articulação direta com as grandes marcas e com as grandes cadeias da moda.

De outro lado, existem práticas ligadas ao abastecimento das demandas locais e que têm pouca vinculação com os circuitos superiores. Por exemplo, a costureira que “fecha” as peças para grandes lojas multimarcas é a mesma costureira que presta serviços em pequena escala para o bairro: que faz um vestido por encomenda ou uma bainha de calça. Podemos pensar também na agricultura de baixa escala – agricultura familiar, agricultura urbana – que muitas vezes se relaciona apenas aos circuitos locais de produção e consumo.

Em resumo, o que visualizei naquele momento foram esses dois grandes grupos de práticas. Um conjunto de práticas muito articulado às cadeias produtivas globais e um outro conjunto de práticas fortemente vinculado ao território e sem uma relação tão direta com as cadeias produtivas globais, mas que, ainda assim, vivenciavam um uso crescente das tecnologias, um acesso ampliado ao crédito e às redes sociais. Este foi um primeiro ponto de discussão das características *contemporâneas* da economia popular no artigo.

O segundo ponto que tratei no artigo teve inspiração no trabalho do Roberto Monte-Mór e na sua ideia de urbanização extensiva (Monte-Mór, 2015). Com base em Lefebvre, Roberto discute como, ao longo do tempo, o tecido urbano industrial vai se estendendo pelo território. Junto com esse tecido urbano industrial, surgem formas de conexão e relações mediadas pela tecnologia, ou pelo meio técnico-informacional, que criam possibilidades de politização do território. Ou seja, à medida que as condições de comunicação e as tecnologias se expandem pelo território, elas carregam uma possibilidade maior de articulação, de movimentação de grupos em torno de pautas políticas e emancipatórias. A urbanização extensiva coloca possibilidades para a economia popular, no sentido de uma politização do território.

Por fim, recorri, no artigo, à noção de economia plural, que tem a ver com a hibridação dos princípios de comportamento econômico que já mencionei aqui (Laville, 2009). A ideia de economia plural assume que, nas práticas econômicas, o princípio do mercado necessariamente interage com a reciprocidade, a domesticidade e a redistribuição.

Entender a economia a partir dessa pluralidade de princípios de comportamento econômico pode permitir construir mecanismos de regulação orientados para um processo de desenvolvimento endógeno. Para Celso Furtado, o desenvolvimento endógeno é aquele conduzido a partir dos interesses das populações, das coletividades, de forma radicalmente distinta do desenvolvimento exógeno, no qual os objetivos, as técnicas e os processos se definem fora do território (Furtado, 1984).

Finalizo o texto falando da necessidade de construirmos formas de compreensão da economia popular que permitam entender suas relações, suas complementaridades e suas subordinações, tanto com a economia empresarial capitalista, quanto com a economia do setor público. Ou seja, é preciso *desvendar* essas relações. É preciso *criar formas de desvendar* essas relações, e isso não é simples.

Hoje digo isso porque são anos de trabalho com dados secundários e de tentativas de coleta primária de informações. Não é simples desvendar essas relações estabelecidas entre a economia popular, com toda a sua complexidade e sua diversidade interna, com a economia do setor público. Aqui, existem discussões muito relevantes sobre compras institucionais, regulação do setor, tributação, formalização dos empreendimentos, entre outras.

Também é necessário compreender a relação da economia popular com a economia empresarial, que é demandante dos seus produtos ou, no mínimo, ofertante dos insumos. Desvendar essas relações me parece algo muito importante para entender a economia popular, o que, a meu ver, é fundamental para entendermos a economia brasileira.

Chego agora à terceira parte da fala. Trago duas contribuições recentes ao campo da economia popular que, a meu ver, nos ajudam a construir uma agenda de pesquisa e extensão para a compreensão da economia popular. Selecionei essas duas contribuições porque são as mais relevantes dentro do que viemos discutindo no grupo Colmeia.

A primeira é o trabalho da argentina Verónica Gago. No livro *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* (Gago, 2014), publicado em espanhol em 2014 e com uma versão em português publicada em 2018. Ela discute o caso da feira popular La Salada, que acontece numa região limítrofe de Buenos Aires com outro município da região metropolitana. A feira é realizada principalmente por trabalhadores migrantes e revela uma complexidade de redes e relações articuladas à economia popular.

Um ponto forte do trabalho está na ênfase às contradições, ambiguidades e complexidades da economia popular. O livro permite um exercício de expandir as “caixinhas” que ainda usamos para entender a economia popular, já que propõe fugir dos binarismos e das leituras simplistas e moralistas dessas práticas.

Para tanto, a autora propõe alguns termos, por exemplo, “economias barrocas”: economias onde existe uma espécie de mosaico de tempos e de lógicas de operações, de produção de espaços saturados e de iniciativas proletárias.

Gago fala ainda das economias populares como terrenos de luta, onde a razão neoliberal é apropriada de forma particular pelos trabalhadores. As pessoas não se tornam “neoliberais” ou “capitalistas” porque vendem, por exemplo, num *shopping* popular. Ao contrário disso, a lógica neoliberal é transformada e relançada por essas pessoas.

A autora recusa tanto a ideia de que os trabalhadores da economia popular são vítimas do neoliberalismo – pobres, precarizados – quanto a ideia de que eles são “empreendedores de si mesmos”, ligada à noção de que o neoliberalismo vai resolver a questão do emprego formal gerando trabalho para todo mundo que deseje ser empreendedor de si mesmo. Para Verónica Gago, não se trata de uma nem de outra, mas sim de uma combinação de trabalhos, muitas vezes precarizados, sim, porque em condições difíceis de trabalho, muitas horas de trabalho, um lugar de trabalho que muitas vezes não é adequado etc., mas que, por outro lado, partem do que ela chama de uma “pragmática vitalista”.

Essas pessoas têm uma racionalidade própria de trabalho, de comercialização, e que passa pelos vínculos de confiança, pelas relações familiares, pelas relações dentro do território, e muitas vezes também pelas economias ilegais, pelas economias subterrâneas.

Outra questão que o trabalho da Verónica trata, que considero importante para o estudo da economia popular, é o que ela chama de “multiplicação do trabalho”. Uma das falácias economicistas é de que a economia corresponde unicamente – ou principalmente – à forma de trabalho assalariado.

O trabalho assalariado não é a única forma de trabalho no Brasil, nunca foi nem mesmo a forma majoritária. A “relação salarial”, como chamou Robert Castel nos anos 1980, nunca foi prevalecente, nem mesmo nos países europeus ou nos países ditos desenvolvidos, e, muito menos, na América Latina e no Brasil. A lógica salarial ou do assalariamento também não nos ajuda a entender a economia popular.

Verónica Gago fala de uma lógica de sobrevivência, mas que permite também a contestação de novas formas de inclusão, como aquelas ligadas à relação dívida-consumo. No contexto argentino, em um processo de crise com início nos anos 2000, as políticas de inclusão por meio do consumo geraram novas formas de endividamento com reflexos sobre as formas de organização da economia popular.

A discussão proposta por Verónica passa pelas lógicas e tentativas de expropriação, pelos processos de luta pela terra e pela cidade, enfim, e de como, em todos

esses processos, a economia popular se coloca de uma maneira muito específica, que é complexa e ambígua.

Desse modo, trouxe essa citação direta do trabalho dela:

Minha hipótese aqui é que, nos espaços concretos em que o desejo de progresso popular entra em conflito com a tentativa do capital de capturar novos espaços de valorização, emergem territórios “promíscuos”. Esses territórios são possibilitados pelas economias populares e são cruzados por práticas e sujeitos capazes de transbordar a lógica neoliberal e contestar a interpretação dominante da crise em curso (Gago, 2018, p. 33).

Verónica e outros pesquisadores do grupo da Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso) sobre economias populares afirmam o fato de que essas práticas são marcadas pelas ambiguidades, então, esperar que elas sejam completamente movidas por uma lógica de mercado, uma lógica de acumulação, uma lógica neoliberal, não é correto. E também esperar que elas sejam práticas solidárias, de pessoas completamente dispostas e abertas para a solidariedade, para o altruísmo, também é incorreto.

Ela diz que, na economia popular, há concorrência, mas também, solidariedade. Há organização comunitária, mas também preocupação com a família. São práticas complexas e as nossas lentes que tentam reduzi-las e simplificá-las acabam gerando interpretações incorretas e insuficientes. Considero que o trabalho da Verónica Gago, e de outros pesquisadores do grupo Clacso sobre economias populares, é muito relevante para iluminar muitas questões.

Além do livro de 2014, que mencionei, recomendo um artigo da Verónica Gago na revista *Radical Philosophy*, denominado *O que são as economias populares? Algumas reflexões sobre a Argentina* (Gago, 2018). No texto, ela tece algumas teses sobre as economias populares. É um texto curto e que sintetiza muitas das questões que coloquei anteriormente.

A outra referência que quero trazer é o coletivo Gibson-Graham (Gibson-Graham, 2006; Gibson-Graham e Dombroski, 2020). Formado por geógrafas estadunidenses, o coletivo vem trabalhando com a ideia de “economias diversas”. Elas propõem uma postura intelectual baseada na criação de outra linguagem e de outro discurso econômico, baseado na diferença.

Como uma de suas ferramentas discursivas, elas usam a imagem de um *iceberg*, que considero muito potente. A imagem é uma metáfora para a diversidade das práticas econômicas. Para Gibson-Graham, nossas lentes de leitura da economia, ligadas às mais diversas teorias econômicas, permitem olhar apenas para a parte aparente do *iceberg*. Entendemos a economia como mercados, como práticas ligadas a empresas capitalistas e a partir do trabalho assalariado.

A teoria econômica, de modo geral, se baseia nesses três elementos: o mercado, a empresa capitalista e o trabalho assalariado. Mas, quando olhamos para

as economias como elas realmente são, para as economias reais, encontramos um conjunto muito mais heterogêneo e complexo de práticas, que passam pelas trocas não monetárias, pelo trabalho não mediado pelo salário, como o trabalho nas cooperativas, nas famílias, nas associações e o trabalho reprodutivo das mulheres. Enfim, uma série de práticas que elas identificam como a parte que fica escondida ou submersa no *iceberg*.

O trabalho de Gibson-Graham defende que o discurso econômico tem um efeito performativo. O modo como nós apresentamos e lemos as práticas econômicas obviamente restringe o que entendemos como modelos viáveis e críveis.

Além disso, na maior parte do tempo, dividimos as práticas em capitalistas e não capitalistas. A partir do momento em que fazemos isso, é como se estivéssemos reforçando a lógica capitalista, no sentido de dizermos que esta é a lógica eficiente, que o capitalismo é um modo de produção resiliente no tempo, que produz subjetividades o tempo inteiro, que se renova nas crises etc. O que as autoras dizem é que essa linguagem e esse discurso “capitalocêntrico” reforçam constantemente a ideia de que o capitalismo é o único modelo econômico viável.

Elas defendem outros discursos sobre as economias, outras formas de enxergá-las e nomeá-las. Para isso, uma questão fundamental, que dialoga com todas as ideias trazidas até aqui, é que é preciso eclodir algumas dicotomias tradicionais.

As dicotomias capitalista/não capitalista, moderno/atrasado, formal/informal, assalariado/não assalariado, entre outras, baseiam nossas leituras do fenômeno econômico, mas, na maior parte dos casos, acabam por não dar conta da real complexidade dos processos. Gibson-Graham propõe então, como método, uma espécie de inventário das práticas econômicas pelas próprias comunidades, pelas próprias pessoas envolvidas nas práticas econômicas, de modo a reconhecer o que a própria comunidade entende como sistema econômico, para além do que nós chamaríamos de economia, a partir de categorias capitalistas.

Caminhando para o final, quero fazer uma provocação: desde que comecei a estudar esse tema, em 2005, nunca vi tanta gente discutindo as outras economias, as economias alternativas, as possibilidades das outras economias. Durante a pandemia, especialmente, surgiram várias forças-tarefa, na Organização das Nações Unidas (ONU), OIT, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), União Europeia, vários desses organismos multilaterais construíram forças-tarefa para discutir a economia social e solidária e as finanças solidárias como uma possibilidade para a reconstrução do sistema econômico.

Recentemente, fiz um apanhado do que esses trabalhos apresentam como possibilidades para a economia social e solidária no pós-pandemia: *geração de trabalho e renda, inclusão produtiva, alternativa ao desemprego* – especialmente

para os grupos historicamente desfavorecidos. Aparecem ainda os termos *motor de desenvolvimento*; *desenvolvimento* acompanhado dos adjetivos: *local*, *endógeno* e *sustentável*; *democratização das finanças*, atrelado às palavras: *finanças solidárias*, *moedas sociais*, *bancos comunitários*. E, por fim, a ONU fala da economia social e solidária como “motor de uma recuperação pós-pandemia centrada nas pessoas e sensível ao planeta”, dando destaque aos serviços pessoais, especialmente os serviços de cuidado, a produção de alimentos, a cultura e a arte (UNTFSSSE, 2020).

Vejam que são todas publicações de 2020 e 2021. Isso porque a pandemia provocou um desconforto, ou melhor dizendo, fortaleceu ou acirrou um desconforto com a crise e com o sistema dominante, o que fez com que esses organismos multilaterais buscassem alternativas, formas alternativas de se pensar a economia, e chegassem à discussão da economia social e solidária.

Nunca vi tanta gente falando de economia social e solidária e de outras economias, nem tantas redes mobilizadas em torno do tema. E temos no Brasil a especificidade de que a economia social e solidária tem o seu terreno na economia popular, o que nos diferencia dos países europeus, do Canadá e de outras realidades.

Apesar de toda essa discussão em torno das possibilidades da economia social e solidária e das outras economias, o contexto político atual no Brasil é o pior possível.

Vocês sabem que a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) foi praticamente extinta no governo Bolsonaro. Ainda temos poucas experiências no Brasil de políticas municipais e estaduais voltadas à economia solidária. Vocês já devem ter ouvido falar no caso de Maricá, com a moeda social Mumbuca. Araraquara é um caso também bastante citado, assim como os governos dos estados da Bahia e do Maranhão. No Sul, Balneário Camboriú é uma referência, e aqui em Minas Gerais, a prefeitura de Contagem, que é um município próximo de Belo Horizonte, tem feito um esforço recente na linha da economia solidária e popular também.

Para concluir: não sei se trouxe respostas; a proposta não era trazer respostas, mas sim levantar questões e pontos para discussão. Penso que a pergunta que hoje orienta nossa agenda de pesquisa e extensão no Cedeplar e no Colmeia, é esta: *o que podemos nós, acadêmicos, diante das configurações contemporâneas da economia popular, entendendo que essas configurações são complexas, ambíguas, pouco compreendidas e pouco reconhecidas? O que podemos nós, diante desse imbróglio? Para onde devemos caminhar do ponto de vista metodológico e de escolhas de referências, dentro desse quadro que eu trouxe? Para onde devemos caminhar do ponto de vista dos processos de produção de conhecimento e de produção de dados?*

Precisamos trabalhar no sentido de construir leituras e tipologias a partir dos dados secundários existentes, que foi o que tentei fazer na tese, com muita dificuldade, ou caminhar no sentido da produção de dados primários. No Colmeia, estamos

construindo um projeto nessa linha: estamos elaborando um questionário quali-quantitativo para caracterizar a economia popular e solidária na Região Metropolitana de Belo Horizonte e suas redes. Estamos trabalhando no sentido de construir uma metodologia própria para isso, adequada às complexidades dessas outras economias.

3 A UNIDADE DOMÉSTICA E SUA APREENSÃO METODOLÓGICA: DIFICULDADES E POTENCIALIDADES

Cleandro Krause: Sibelle, parabéns! Gostei muito da sua apresentação, foi muito instigante, e me fez lembrar de uma leitura que fiz do Coraggio já faz um certo tempo. Interessante ver outros autores que talvez atualizem, não sei se atualizam, alguns temas que são preocupações do Coraggio. Não sou propriamente um “leitor” dele, foi parte de uma disciplina que fiz no doutorado, há cinco, seis anos, mas algumas informações ficaram na minha cabeça e até recuperei as minhas notas da época e quis trazer para discutirmos um pouquinho.

O Coraggio, um dos assuntos que ele apresenta, e li só um texto dele, mas ele expõe, como vários outros autores que você trouxe, o problema da classificação do que seriam unidades domésticas, enfim, o que deve ser contabilizado. E um dos pontos que ele coloca é que rentistas não entrariam, mas há problemas de classificação.

Estamos aqui, creio que o grupo todo, mas com certeza eu e Renato estamos preocupados, olhando para os assentamentos precários, irregulares e tudo mais. O que sabemos que acontece: muitas vezes é possível que a renda de uma sublocação ou, enfim, de um aluguel de laje, de uma parte da unidade habitacional, e não só os assentamentos precários e irregulares, mas também em muitos lugares, compõe uma parte desse *pool* de rendimentos. Nesse ponto acredito que tem uma discussão interessante, se isso entraria, que parte disso entra.

Bom, a primeira questão é pensar que não seja exclusivamente rentista, provavelmente vai estar compondo com outras fontes de rendimentos. Numa unidade doméstica ampliada, pode vir dinheiro de muitos lugares, ou nem dinheiro, temos clareza que não é só uma economia monetária, enfim, tem outras formas também de reciprocidade.

Mas vamos pensar assim: a maior parte não é rentista exclusivamente, isso ajuda a compor a renda. Tem esse outro conceito que acho que é do Coraggio também, que é a ideia de fundo de trabalho. Até que ponto essa “célula rentista” dos rendimentos não comporia o fundo de trabalho.

Creio que, se pensar que a pessoa, a família, enfim, pode ter investido uma parte do próprio trabalho na produção daquele espaço ali e disponibilizá-lo, é trabalho morto, enfim, mas está lá, de alguma forma está lá. Isto posto, queria te ouvir um pouco, Sibelle, como é que você trabalhou isso, talvez na sua tipologia das unidades domésticas, como é, se isso entra, se podemos considerar.

Óbvio, acredito que deve ter toda a dificuldade de como trabalhar isso com dados secundários, o Censo agora tem essa questão pior ainda do que já era, não sabermos nem o valor do aluguel que é pago, enfim, mas penso que tem essas dificuldades metodológicas. Talvez olhando mais conceitualmente: como é que isso entra? Porque para nós, urbanistas, seria importante entender um pouco como é que podemos computar isso, pensar em economia doméstica. Até que ponto dá para pensar o quanto ela está compondo.

Bem, e aqui nesse grupo também já estive a Isadora Guerreiro para trazer uma noção que essas práticas “picadinhas”, assim, desses pequenos aluguéis de dentro da favela, na verdade, podem estar articuladas ao circuito superior, a lógicas mais globais de recepção, de coordenação, de empacotamento dessas práticas individuais.

Creio que também tem um problema. Isso também se associa, de certa forma, não exatamente às cadeias globais de produção, mas às cadeias financeiras globais que estão articuladas com esses aluguéis, inclusive em assentamentos informais. Mas muito boa apresentação, obrigado, se pudermos conversar um pouco mais sobre isso seria ótimo.

Sibelle Diniz: Foi muito boa a sua pergunta, Cleandro. Não sei se vocês conhecem, sempre que começo a apresentar a economia popular na sala de aula para os alunos dou um texto do Coraggio, que deve ter sido esse que Cleandro leu, em que ele traz uma definição bem específica da economia popular como unidades domésticas não rentistas, que dependem do próprio trabalho para a sobrevivência – essa é a ideia de serem não rentistas. E ele tem uma conceituação do fundo de trabalho, e tudo o mais.

E é muito interessante porque neste mesmo livro em que ele coloca essa definição, tem um texto – esse livro foi organizado pelo Gabriel Kraychete, que é um autor, uma pessoa que também estuda economia popular, economia dos setores populares, um autor baiano que, inclusive, publicou um livro recente, não sei se vocês conhecem, mas muito legal. Mas o fato é que Gabriel Kraychete organizou um seminário em 1999 e colocou na mesma mesa o Coraggio e o Paul Singer.

Cleandro Krause: Foi exatamente esse texto que li.

Sibelle Diniz: Coraggio apresenta nesse seminário. Eles fizeram essa transcrição e transformaram todas as falas no livro organizado pelo Gabriel Kraychete, *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*.

E então vem o texto do Coraggio e logo em seguida o texto do Paul Singer, que é uma crítica ao Coraggio. Coraggio fala e, em seguida, o Paul Singer faz uma grande crítica à formulação de economia popular que o Coraggio apresenta, e é muito interessante o contraste entre esses dois textos, e é por isso que falei que passo

para os alunos, porque às vezes é difícil entender as diferenças entre a economia popular e solidária.

E creio que esse contraste entre os textos é muito didático nesse sentido, porque o Paul Singer vai dizer o seguinte: olha, Coraggio, adoro você, temos mais ou menos os mesmos interesses, e tudo mais, mas a unidade doméstica para mim não deve ser objeto de análise, porque a unidade doméstica, para o Paul Singer, é uma unidade de consumo, e não uma unidade de produção. E ele vai dizer: a unidade que nós deveríamos olhar é a unidade de produção.

A segunda crítica que ele faz é sobre a questão do não rentismo, porque ele diz o seguinte: se você considera que todas as unidades domésticas não rentistas fazem parte da economia popular, que foi como Coraggio apresentou neste texto, você incorpora uma família de classe média alta que vive do próprio trabalho, que não é rentista, necessariamente, e você exclui uma família de baixíssima renda que vive de uma renda de sublocação, como você colocou. Ele não usa esse exemplo, mas ele usa o exemplo da renda via transferência direta pelo governo, via transferência direta.

Essa família seria uma família que vive de renda e fica fora do conceito de economia popular? Essa é uma discussão muito interessante que o Paul Singer faz. E tem a réplica do Coraggio no livro, depois a tréplica, é uma conversa legal. Na minha tese, fiz um esforço meio híbrido. Chamo de unidades domésticas porque parto do domicílio, porque o Censo Demográfico tem como unidade básica o domicílio. Mas construo o recorte pelo trabalho, pelas formas de trabalho, ou seja, é unidade doméstica, mas é unidade produtiva, entende? Não estou lendo as unidades domésticas a partir da ótica do consumo, que é como o Paul Singer “acusa” o Coraggio de ler.

Olho para as atividades domésticas pela ótica do trabalho, pela ótica das ocupações, da posição na ocupação, pelo modo como as pessoas se inserem no mercado de trabalho. E acabei não trabalhando tanto essa questão da composição da renda. Existem algumas informações que measurei, do tipo: o percentual de famílias que recebia, na época, benefícios sociais etc., mas que não foi objeto específico de pesquisa. Mas concordo totalmente com você, que a composição da renda é uma questão-chave para se entender a economia popular, porque a renda quase nunca é individual. Você tem uma dinâmica de transferências dentro dos domicílios, dentro das unidades domésticas. E a renda é instável no tempo, exatamente porque a relação de trabalho não é a relação de trabalho assalariada. A geração de renda é muito dinâmica ao longo do tempo, muda muito rapidamente, especialmente num momento como este que estamos vivendo.

Tem um mês em que você tem uma renda alta, no outro mês, aquele trabalhador que, às vezes, articulava um trabalho com carteira assinada com um bico, no

outro mês ele só tem um bico, e no outro mês ele consegue já uma outra forma de trabalho via carteira assinada. Penso que a composição de renda dentro da unidade doméstica é um ponto muito interessante, sim, de trabalho, especialmente hoje.

Uma das minhas esperanças com o novo Censo era conseguir mensurar isso. Talvez a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) permita uma aproximação, ainda que sem chegar no nível municipal, que é o que gostaria de fazer. Acredito que talvez com a PNAD consigamos olhar com um pouco mais de detalhe para essa composição de renda, porque é fato que é uma questão central.

E concordo totalmente com o Paul Singer nesse ponto de que dividir as famílias entre rentistas e não rentistas não faz muito sentido, tanto que o próprio Coraggio, nos trabalhos recentes dele, praticamente não menciona essa questão de que deveriam ser consideradas as unidades domésticas não rentistas.

Carolina Pupo: Obrigada pela exposição, Sibelle. Muito interessante, durante a tese me deparei com esses autores que você citou, tentei aprofundar o máximo possível dentro do tempo nessas leituras. Seu artigo também foi importante, me debrucei e fiquei pensando nisso que você está trazendo agora, neste contexto me veio uma questão quando você estava fazendo sua explanação.

A primeira delas é: como foi feito o recorte dentro do seu levantamento de dados para definir o que seriam essas unidades domésticas? Você já deu uma dica, não foi levada em consideração a renda familiar. Em sua explanação você aponta que considera como unidade doméstica uma confecção em pequena escala, cuidados pessoais, fabricação de alimentos, mas fiquei curiosa, como foi feito esse levantamento? Como você fez esse recorte para chegar nos dados que você apresenta? Quais foram os seus critérios? Digo porque realmente é muito difícil trabalharmos com esses dados porque eles não privilegiam o olhar dessa economia popular.

Sibelle Diniz: Obrigada, Carolina. O procedimento que usei para identificar as unidades domésticas combinou duas informações do Censo Demográfico, que são: a posição na ocupação, que é aquela variável que diz se o trabalhador é conta própria, se ele é assalariado com carteira, assalariado sem carteira, se ele é trabalhador para o próprio consumo, não remunerado. Essa variável de posição na ocupação.

Tirei desse recorte os trabalhadores do setor público, tirei os trabalhadores assalariados, tirei os trabalhadores domésticos também, porque os trabalhadores domésticos têm uma especificidade que penso que merecia um outro trabalho, inclusive depois da história da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e tudo mais, então não incluí os trabalhadores domésticos.

Ou seja, peguei a variável de posição na ocupação e retirei essas categorias que não corresponderiam à economia popular: o trabalhador do setor público, doméstico, o assalariado com e sem carteira, o empregador; e, em seguida, fiz um

recorte pelos códigos de ocupação buscando retirar os profissionais liberais, como mencionei mais cedo.

Para esse recorte das ocupações, me baseei num trabalho realizado no Cedeplar por dois colegas que estudaram a economia informal. É um trabalho de 2007, do Guilherme Hirata e da Ana Flávia Machado, e eles, na época, falaram dessa heterogeneidade dentro do que era chamado de economia informal, de como os profissionais liberais tinham uma lógica completamente distinta do restante dos trabalhadores por conta própria.

Tirei todos os profissionais liberais: advogados, médicos, dentistas etc. Todos esses trabalhadores por conta própria têm uma dinâmica de organização do trabalho muito distinta. Fiz isso com base nesse trabalho de 2007 do Guilherme Hirata e da Ana Flávia.

Essas foram as duas variáveis que usei do Censo Demográfico para a construção do recorte: a posição na ocupação e o setor de ocupação, onde conseguimos identificar os códigos da ocupação.

Além disso, tentei investigar as relações de trabalho dentro dos domicílios, foi uma aproximação, mesmo. Em alguns casos, conseguimos pegar, porque você tem a pessoa que declara que é um trabalhador não remunerado, auxiliando um trabalhador do domicílio. Com isso, você consegue identificar que existe uma relação dentro do domicílio, mas, em outros casos, você não consegue identificar, e nesses casos fiz por aproximação.

Por exemplo, se dois artesãos se declaravam conta própria no mesmo domicílio, em ocupações próximas, entendia que eles eram uma unidade doméstica. Fiz uma tipologia de ocupações que entendia como próximas e, se as pessoas eram de ocupações muito próximas, entendia que elas eram uma unidade doméstica, mas foi uma aproximação. Em resumo, foi isso. Foi uma composição entre a variável de posição na ocupação, os códigos de ocupação e essas relações de trabalho dentro da família para tentar captar as unidades domésticas.

Existe uma limitação muito clara na minha mensuração. É o fato de que só estou pegando as unidades domésticas familiares. Sabemos que na economia solidária, por exemplo, até pelo próprio conceito de empreendimentos econômicos solidários, os grupos produtivos são suprafamiliares. Você tem duas pessoas, às vezes, de uma família, que se reúnem com uma terceira e elas formam um empreendimento econômico solidário.

Como o Censo Demográfico tem como unidade de análise o domicílio, ele não analisa essas relações, e não consigo identificar as unidades domésticas que superam o domicílio. É uma limitação do meu trabalho.

Esse é o tipo de questão que pretendemos investigar no Colmeia na pesquisa primária que falei mais cedo. Porque no nosso trabalho de extensão na Face, os grupos que recebemos, de economia solidária, são suprafamiliares, porque essa é uma exigência do movimento, e você tem, às vezes, quatro, cinco famílias que se reúnem em um empreendimento solidário. Ou famílias inteiras, ou representantes dessas cinco famílias, ou seja, o mesmo empreendimento solidário, a mesma unidade produtiva, gera renda para cinco famílias diferentes. Esse é o tipo de questão que desejamos captar no questionário da pesquisa primária que pretendemos realizar.

Renato Balbim: Obrigado, Sibelle, sua fala trouxe diversos elementos que comunicam não só com trabalhos que estão sendo realizados, mas também com as falas anteriores, revelando, inclusive, chaves de pesquisas a serem mais bem exploradas.

A questão que o Cleandro traz e a explicação da Carolina também retomam e revelam a importância de pensarmos nas pesquisas primárias ou secundárias adaptadas à realidade do nosso país. A partir desta necessidade, faço alguns comentários para que possamos dialogar.

O primeiro deles é ressaltar que é óbvio para todos aqui a necessidade de entendermos a economia popular para compreender o Brasil. Mas isso não é óbvio na sociedade em geral nem mesmo nas ciências sociais e humanas. Venho já há um certo tempo pensando especificamente na urbanização popular para poder entender o Brasil, e uma das minhas grandes preocupações é entender a autoprodução como um efetivo setor econômico.

Creio ser necessário afirmar com clareza que existem os setores público, privado e popular como produtores de unidades habitacionais do Brasil. Devemos declarar isso e inclusive produzir conhecimento para identificar com clareza e, sobretudo, com critérios técnicos que viabilizem a elaboração de políticas públicas de fomento para esse setor popular. Setor esse que, assim como pensado na economia de maneira geral, no final das contas, muito provavelmente é maior do que aquilo que comumente chamamos de formal.

A partir desses comentários, gostaria de apresentar uma questão ou realizar uma intervenção acerca da informalidade e do informal. Em recentes pesquisas, venho recuperando a gênese da ideia de informal. Posso afirmar que existe hoje uma moda na pesquisa e na academia, mas também na política pública, relacionada ao uso do termo *assentamentos informais*, que deriva da questão da economia informal e do setor informal, que você vai e identifica lá no Hart em 1973, mas, ao mesmo tempo, podemos identificar também o Relatório do Quênia da OIT em 1972 como ponto de partida.

Queria tomar esse exemplo para trazer uma dinâmica de temas que, inclusive, já tratamos aqui no grupo. A OIT, em 1972, faz a pesquisa no Quênia e ali, antes do Hart, surge pela primeira vez a questão do setor informal da economia.

É importante sempre pontuar que esse trabalho, ao contrário do uso que os economistas fizeram, sobretudo, durante os anos 1970 e depois nos anos 1980 e 1990, com relevância em todas as ciências sociais, inova ao ter sido produzido por economistas não apenas do hoje chamado Norte global, mas também lá do Quênia. Nesse sentido, ou com essas bases, eles falavam do setor da economia informal de uma maneira muito mais da *pragmática vitalista*, nos termos que Sibelle citou em relação a uma autora da Argentina. A economia que vinha da migração do rural para o urbano não era necessariamente tratada como arcaica, ela tinha toda uma funcionalidade, uma integração com o restante da economia.

No Relatório do Quênia, havia, por exemplo, a expressa necessidade de se produzir mecanismos de crédito internacional para esse setor, nos moldes dos demais. Os consultores e pesquisadores estavam pensando como a OIT poderia superar a questão do desemprego e fomentar a economia dita informal era uma das soluções. Avalio ser importante citar isso, algo que descobri me aprofundando nas pesquisas acerca dos assentamentos informais, o que me levou a fazer toda essa genealogia da questão da informalidade para apontar, por exemplo, o quão pouco não se comunicavam correntes de pensamento sobre uma mesma realidade. De um lado, Hart; de outro lado, a OIT, e de outro, por exemplo, os trabalhos do professor Milton Santos.

Simplemente eram vasos não comunicantes naquele momento e é importante olharmos hoje e avaliar se é possível colocar tudo isso na perspectiva atual, atualizando o pensamento de modo crítico, mas como vasos que comunicam perspectivas históricas que não são opostas, ainda que o uso feito de algumas delas tenha sido dualista.

4 A ECONOMIA POPULAR E A DISCUSSÃO SOBRE O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Marina Montenegro: Obrigada, Sibelle, é uma satisfação conhecê-la e escutá-la, já a conhecia pelos seus trabalhos. Um primeiro ponto, só retomando uma passagem, quando você diz que não encontrou na literatura esse diálogo entre a teoria dos circuitos do professor Milton Santos e o debate sobre economia popular, realmente, quando o Renato apresenta que eles eram vasos não comunicantes, também fizemos esse esforço de buscar com quais autores o professor Milton Santos dialogava na época da elaboração da própria teoria dos circuitos na década de 1970 e quais foram os autores que depois vão mobilizar a teoria dos circuitos. E não encontramos isso, descobrimos alguns autores africanos ou outros, como o próprio Terence McGee e

Armstrong nos Estados Unidos, que trabalham com a categoria de protoproletariado numa outra linha, mas não nesse diálogo da economia popular em si.

Mas um outro ponto que queria trazer, não sei se vocês têm avançado nesse sentido, é a discussão sobre o microempreendedor individual (MEI). Em que medida você compreende o MEI como parte da economia, dessa economia popular hoje, que se renova, se transforma, é mutável. E se poderíamos, na sua leitura, entender o MEI como parte, não só como parte de uma política de formalização de certas atividades – embora haja uma gama de atividades muito ampla que estão inseridas no MEI –, mas também como um recurso que passa a ser mobilizado pelas grandes empresas para subcontratação e terceirização de uma série de atividades. Temos visto esse movimento em pesquisas sobre as facções. As facções domiciliares e as não domiciliares, domésticas e não domésticas no setor de confecções, e também uma discussão nesse sentido, ou seja, como o formato do MEI vem beneficiar as grandes empresas, nessa subcontratação e terceirização de uma série de atividades para facções, micro e pequenas empresas, sejam elas domésticas ou não.

Gostaria de perguntar se na sua leitura o MEI é um instrumento que favorece a articulação dessa economia popular com essas redes globais de produção num desses formatos que você compreende também como economia popular.

Sibelle Diniz: Obrigada, Marina, pelo seu comentário. Que legal vocês terem feito essa genealogia. É um fato que sempre me intrigou porque não encontrei referências ao Milton nos autores da economia popular. A referência que encontrei foi do Roberto Monte-Mór, que foi meu orientador. Ele faz essa relação direta entre o circuito inferior e a economia popular em alguns textos de 2004, 2005, mas só.

Sobre a figura jurídica do MEI, penso que vale uma pesquisa específica sobre isso, com coleta primária de informações, de caráter qualitativo ou quali-quantitativo. Mas a minha percepção, a partir do trabalho de extensão no Colmeia, é que a figura jurídica do MEI é usada, incorporada pelos trabalhadores da economia popular e da economia solidária como uma forma, primeiro, de acesso a direitos básicos previdenciários, seguro-desemprego etc.

Como não existe uma figura jurídica para a economia solidária, temos, às vezes, no mesmo empreendimento, quatro, cinco mulheres, em que ou as cinco se formalizaram como MEI pelo acesso aos direitos, ou uma se formaliza como MEI para que, a partir disso, elas consigam fazer compras maiores, obter desconto no atacado etc.

Essa é a minha percepção a partir do trabalho que fazemos aqui. Realizamos uma feira de economia popular solidária na Face e, neste primeiro semestre, fizemos trinta entrevistas e, dessas trinta, não vou conseguir encontrar o dado exato agora, mas no mínimo 70% dos produtores da economia solidária, ou seja, ligados a grupos produtivos autogestionários etc., tinham registro como MEI. Ou seja, é

uma figura jurídica utilizada pelos trabalhadores, mesmo da economia solidária, que não são empreendedores individuais, que entendem suas relações de trabalho de outra forma e veem a própria ideia de empreendedorismo de outra maneira. Mas eles se utilizam dessa figura jurídica mais ou menos como a Veronica Gago diz: eles se apropriam dessa figura jurídica para aquilo que os interessa.

Agora, essa é a minha percepção a partir do contato com os produtores das nossas feiras, que são em sua maioria artesãos, pessoas que vendem para o consumidor final nas feiras etc.

Nesse outro lado da economia popular, o das pessoas que estão na ponta das cadeias produtivas, por exemplo, no setor das confecções, a figura jurídica do MEI pode, sim, favorecer as redes de subcontratação e de exploração, via um processo que se diz prioritariamente voltado à formalização.

Esta também é uma das agendas que temos na lista. Tenho um colega na Universidade Federal do Pará (UFPA) que está montando agora um projeto de estudo dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), em conjunto com outras pesquisas, porque o que ele observa nesses dados é uma espécie de explosão do número de MEIs no setor de beneficiamento do açaí. E, ao mesmo tempo, ele observa uma redução do número de grandes e médias empresas.

Ele está montando um projeto de pesquisa tentando construir essa série temporal e entender essa dinâmica. E acredito que esse é um dos pontos-chave da discussão sobre terceirização e subcontratação no Brasil hoje.

São novas faces da formalização e da informalidade. Tentamos aqui, para outros trabalhos, olhar para os dados dos empreendedores individuais formalizados via MEI, mas só conseguimos a distribuição por setor e por sexo. Fizemos isso aqui para a região do rompimento da barragem de Brumadinho, num projeto específico, mas creio que combinar, talvez, esses dados com as informações da Rais, com os dados de outras bases, pode nos ajudar a construir esse panorama nos anos recentes. Não sei se o Censo Demográfico vai utilizar também.

O fato é que, na minha leitura, a figura jurídica do MEI tem essas duas funções. De um lado, uma garantia mínima de direitos dos trabalhadores da economia popular, como as diaristas, os artesãos, os ambulantes, mesmo quando estão inseridos numa lógica de produção coletiva. Mas, para essas situações na ponta das cadeias produtivas, ele pode ser sim um instrumento de facilitação da subcontratação. Acredito que cabem estudos setoriais para entender melhor. É o que estamos propondo para a cadeia produtiva do açaí em Belém, em parceria com os colegas da UFPA.

5 A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA SEGUNDO OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Carolina Pupo: uma segunda questão que me veio quando você estava fazendo sua fala, ao final, é sobre os órgãos internacionais, que passam a ter interesse pelas finanças solidárias. Isso começa a ser apresentado nesses documentos, principalmente agora com a questão da pandemia como uma possibilidade de recuperação da economia.

Gostaria de ouvi-la a respeito, a partir dos seus estudos sobre este posicionamento de órgãos internacionais de ver as finanças solidárias como uma possibilidade de recuperação da economia, levando em conta que esses órgãos internacionais estão pautados dentro de uma lógica neoliberal. Partindo dessa lógica, eles têm interesses, imagino e pontuo, em racionalizar, de alguma maneira, o que você está chamando de “unidades domésticas” ou as finanças solidárias, que é o que estudo, por exemplo, que são os bancos comunitários.

Seria uma forma de operacionalizar nos territórios, adentrar nesses territórios com uma lógica neoliberal e usar isso como uma forma de inserir o capitalismo dentro desses lugares a partir dessa racionalização? Porque esses órgãos usam as microfinanças para racionalizar os lugares e, agora, querem usar essas finanças solidárias para fazer essa racionalização.

Fico bastante instigada em tentar entender esse fenômeno, queria escutar um pouco sobre o que leu nesses documentos, o que você traz deles e como eles tentam ou já buscam, de alguma maneira, fazer essa operacionalização nesses lugares.

Sibelle Diniz: Esta segunda pergunta de Carolina é mais difícil, que é esse posicionamento dos organismos multilaterais. Não tenho nenhuma posição muito formada sobre isso, mas a minha hipótese é que essa leitura que eles fazem da economia social e solidária é muito próxima do que se entende na Europa por economia social e solidária.

Esse entendimento é totalmente diferente do que temos de economia solidária. Por exemplo, na França, toda a produção orgânica é considerada economia solidária, inclusive dos latifúndios, das grandes empresas. Tudo que é orgânico é considerado economia solidária pelo que eles chamam de “finalidade social” do empreendimento. Inclusive existe a figura jurídica da empresa social na França, e isso vai acontecer em outros lugares também.

Essa leitura crítica que temos da economia popular e da economia solidária não condiz com a leitura da economia solidária dominante, não vou falar que é toda, mas dominante no Norte global.

Digo isso porque o diálogo às vezes é muito difícil. Quando vamos para os eventos internacionais, quando fazemos projetos em parceria, a diferença é clara.

Dei o exemplo da França porque fizemos um projeto em parceria com a Universidade de Lille. Estivemos lá conhecendo as experiências que eles consideravam por economia solidária, e eles estiveram aqui conhecendo as experiências que considerávamos como economia solidária.

Fizemos um recorte dentro do setor de produção de alimentos. E a disparidade de visões é muito grande. Por exemplo, cheguei numa empresa, numa megaempresa em Lille que produzia papinhas para bebês apenas com produtos orgânicos. Ela se intitulava uma empresa social e da economia solidária. E com a minha leitura de economia solidária do Brasil, comecei a perguntar: mas como que vocês tomam decisão? Eles falaram: somos uma empresa democrática. Mas a leitura de democracia interna à empresa é muito diferente do que entendemos por autogestão no Brasil. Por outro lado, quando os franceses vieram conhecer os nossos empreendimentos de economia solidária, eles ficaram impressionados com o que entendiam como precariedade nas condições de trabalho, e não conseguiam associar algumas das formas brasileiras à economia solidária.

Desse modo, há um abismo mesmo, entre a leitura do que nós entendemos por economia popular e solidária e do que eles entendem. Minha visão é que os organismos internacionais, quando falam das finanças solidárias, da economia social e solidária, eles estão se referindo a uma lógica empresarial que é dominante na Europa. Lógica empresarial que incorpora um discurso de democracia interna, um discurso de preocupação ambiental, um discurso de preocupação com o território. Muito na linha desse cooperativismo que alguns autores chamam de cooperativismo empresarial no Brasil. Essas cooperativas de crédito, por exemplo, que estão se expandindo no Brasil.

Essa leitura crítica que temos da economia solidária, a partir da autogestão, a crítica do neoliberalismo, a crítica do capitalismo como modo de produção etc., diria que ela não é compartilhada com os organismos internacionais. Há uma dificuldade de compreensão também do que é a nossa economia solidária, a nossa economia popular. Como falei, é um diálogo muito difícil.

E te ouvindo falar me lembrei da história do microcrédito que você mencionou, das microfinanças, que já existem estudos que mostram que a lógica do microcrédito acaba sendo uma forma de favorecer a produção dessas subjetividades neoliberais dentro dos países e de se espriar uma lógica produtiva específica. Existem estudos para a África que falam isso. E fico me perguntando se o próximo passo vai ser usar o discurso da economia solidária para esse fim. E suspeito que sim, mas é apenas uma percepção, não tenho uma leitura muito definida sobre isso.

Renato Balbim: Gostaria de fazer uma ponte com o que a Carolina já apontou sobre as agências internacionais, a própria ONU, para revelar o que já fui entendendo com a pesquisa, que essas agências, elas não são homogêneas.

Quando falamos: “ah, porque tem uma visão neoliberal da agência”, muito provavelmente tem mesmo. A partir de determinado momento, vivemos sob uma globalização neoliberal orientada em grande medida pelas agências políticas e de financiamento internacionais. Mas isso não significa que a agência, o pensamento como um todo é neoliberal.

O próprio documento do Quênia de 1972 revela isso. Não são exatamente os entendimentos apresentados ali que orientam a perspectiva dualista da questão da economia informal e do setor informal nas décadas de 1980 e 1990. Mas é esse documento que em 1976 é utilizado, por exemplo, na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), que fala claramente que aquele setor informal era um setor altamente produtivo nas cidades, e que estava produzindo urbanização, e que era parte da solução, inclusive, sustentável, fazendo referência a I Conferência em Estocolmo, deveria contar com esse setor informal.

Creio que também são chaves de pesquisa a recuperação de alguns desses documentos. Tenho feito esse trabalho. A Cristine, inclusive, tem ajudado um tanto, mas é um trabalho já anterior que faço sobre geopolítica das cidades, mostrando como vários desses documentos, durante determinado momento dessas agências, eles têm um pensamento que evolui em certo sentido e de repente alguns pensamentos e proposições mudam de sentido, novas políticas passam a orientar o significado de mecanismos que haviam sido propostos em momentos históricos anteriores. Entendo, inclusive, que essa possa ser uma das maneiras da moda acadêmica ser mais ou menos duradoura. A polissemia dos termos da moda seria uma outra.

Analisando as conferências Habitat de 1976, 1996 e 2016 isso fica muito claro. Em 1996, o relatório final falava do setor informal da economia, exclusivamente – ainda não falava de assentamento informal, que ainda não existia – de maneira como sendo a solução, uma democratização, descentralização no bojo, inclusive, do neoliberalismo, o que é mais curioso ainda, que era assim: como desonerar o Estado nacional de várias atividades? Você descentraliza e joga na mão das cooperativas. Eles citam todos os instrumentos possíveis de dinamizar isso que seria uma economia informal.

Esses são alguns comentários que queria trazer, entendendo que as investigações que vamos fazendo se somam. Acredito que estamos em um momento bastante importante de unir forças, conhecer mais o trabalho que vocês fazem no grupo, no Colmeia e no Cedeplar, para que possamos, justamente nesse novo período, criar esses indicadores para revelar, não só com mais precisão, essa que é a principal economia do país.

Tenho certeza em afirmar isso, assim como afirmo que o erroneamente chamado setor informal é o setor que mais urbaniza o país. Trazer essa economia para dentro da política pública, com um modelo de desenvolvimento econômico, com

um modelo de desenvolvimento urbano que seja legitimamente brasileiro, latino-americano, somente a partir desta perspectiva que teremos um desenvolvimento emancipador do país e de seu povo.

Sibelle Diniz: Agradeço muito seu comentário, Renato. Passei a apresentação inteira falando das ambiguidades e das contradições da economia popular e, quando fui falar das agências, fiz um comentário generalizante, mas eu mesma tenho colegas que trabalham no escritório da OIT Brasil que trazem perspectivas totalmente críticas sobre a discussão de trabalho precário, informalidade etc.

Acredito que esse ponto que você trouxe da genealogia da economia informal é algo central na discussão. Um dos pontos que não é claro para mim, mas que aparece de forma meio nebulosa nos textos, é a influência do trabalho do Hernando de Soto. O Roberto Monte-Mór, meu orientador, conta que numa viagem à Inglaterra, nos anos 1990, o trabalho do De Soto era um *best-seller* e estava nas vitrines das livrarias, com prefácio da Margaret Thatcher. Esse é um ponto que gostaria muito de investigar: o papel que esse trabalho específico teve para a reorientação, talvez, da leitura sobre a economia informal, o setor informal.

E, por fim, esse interesse de vocês sobre a autoprodução, sobre os assentamentos informais, considero muito interessante. Um dos professores integrantes do Colmeia, o professor João Tonucci, tem um interesse específico de desenvolver pesquisa nessa linha e já temos conversado sobre isso, no sentido de produzir um diagnóstico, uma pesquisa primária junto a algumas ocupações que conhecemos na RM de Belo Horizonte, a fim de entender a autoprodução.

Poderíamos conversar sobre as possibilidades de trabalho conjunto, creio que o João teria muito interesse também, porque ele vem da discussão da dinâmica imobiliária, da economia urbana, mas, por outro lado, a tese dele de doutorado foi sobre o comum urbano. Ele está nesse meio do caminho e tem muito interesse em entender a autoprodução dos assentamentos informais, assim como eu.

E é aquela pesquisa que sempre queremos fazer e nunca conseguimos porque ficamos respondendo demandas institucionais o tempo inteiro, mas é um interesse que está no horizonte e quem sabe possamos conversar e pensar juntos metodologias, enfim. Penso que seria muito interessante tentar construir algo nessa linha.

Renato Balbim: Sobre a questão do De Soto, creio que ela é emblemática dessa situação. Não apenas para mostrar que essas agências internacionais não são organismos homogêneos, que tudo ali dentro é fruto de muito embate e debate, como também que no cenário global da geopolítica, cada uma delas muitas vezes tem posições que não necessariamente vão no mesmo sentido.

Hernando De Soto foi alçado a “queridinho” pelo Ronald Reagan e por isso o prefácio citado, no caso dessa edição, da Margaret Thatcher, mas aí devemos

circunscrever primeiro a forte influência dele no Banco Mundial. Quando você olha as políticas a partir do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), você vai ver uma outra vertente surgindo que, lógico, tem a influência do Hernando de Soto, que segue sendo muito pesada, mas também surgem embates e políticas distintas entre uma e outra agência que podem ser vistas em todos os países latino-americanos. Nas políticas de urbanização de favelas, é muito claro o que foi feito e proposto pelo Banco Mundial e o que foi realizado pelo BID.

Fabio Contel: Estou plenamente contemplado com as perguntas que os colegas fizeram. Já conhecíamos seu trabalho de leitura/revisão bibliográfica, Sibelle. Agora o conhecendo pessoalmente, reforça a nossa certeza de que devemos buscar aproximar laços acadêmicos e de cooperação. Podemos pensar em formas de unir nossos grupos de pesquisa porque, como já mencionei, para dizer o mínimo, tem enorme tangência, para não dizer que tem total congruência com as nossas preocupações.

REFERÊNCIAS

- CORAGGIO, J. L. Política económica, comunicación y economía popular. **Ecuador Debate**, Quito, v. 17, 1989.
- CORAGGIO, J. L. **De sector informal a la economía popular**. Quito: Ciudad-CIAP, 1992.
- CORAGGIO, J. L. **Economía urbana: la perspectiva popular**. Quito: Instituto Fronesis, 1994.
- DINIZ, S. C. **Do precário ao plural: realidades e possibilidades da economia popular no Brasil contemporâneo**. 2016. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- DINIZ, S. C. Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos. **Nova Economia**, v. 29, n. 3, p. 963-985, 2019.
- FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GAGO, V. **La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular**. Buenos Aires: Tinta Limon, 2014.
- GAGO, V. What are popular economies? Some reflections from Argentina. **Radical Philosophy**, v. 2, n. 2, p. 31-38, 2018.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. **The end of capitalism (as we knew it): a feminist critique of political economy – with a new introduction**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

GIBSON-GRAHAM, J. K.; DOMBROSKI, K. (Ed.). **The handbook of diverse economies**. Reino Unido: Edward Elgar Publishing, 2020.

HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, v. 11, n. 1, p. 61-89, 1973.

LAVILLE, J. L. Economia plural. In: CATTANI, A. D. *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

LEITE, M. P. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 2, n. 1, p. 57-94, mar. 2004.

LEITE, M. P. Reestructuración productiva y mercado de trabajo: la experiencia brasileña. **Revista Trabajo**, v. 16, n. 5, p. 157-186, 2005.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. In: COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. (Org.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

NÚÑEZ, O. **La economía popular asociativa y autogestionaria**. Managua: Cipres, 1995.

OIT – ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **El dilema del sector no estructurado**: memoria del Director General (78º CIT). Ginebra: OIT, 1991.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RAZETO, L. **De la economía popular a la economía de solidaridad en un proyecto de desarrollo alternativo**. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993.

RAZETO, L. *et al.* **Las organizaciones económicas populares**. Santiago: Ediciones PET, 1983.

SANTOS, M. Desenvolvimento econômico e urbanização nos países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 53, p. 35-60, fev. 1977.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010.

SILVEIRA, M. L. Urbanización latinoamericana y circuitos de la economía urbana. **Revista Geografica de America Central**, v. 2, n. 47E, p. 1-17, 2011.

UNTFSSSE – UNITED NATIONS INTER-AGENCY TASK FORCE ON SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY. **What role for the social and solidarity economy in the post-covid 19 crisis recovery?** UNTFSSSE Statement, jun. 2020.